

Fontes para a História e Geografia de Portugal (sobre um programa de edição das *Memórias Paroquiais de 1758*) José Viriato Capela*

É certamente redundante nesta Academia dizer algo de novo sobre as *Memórias Paroquiais de 1758*, designadamente sobre a sua génese e matriz, o Inquérito de 1758¹. É que o processo da sua ideação, composição e desenho do seu primeiro corpo de perguntas está intimamente ligado à instituição da Real Academia de História (1720) e tarefas que lhe vão cometidas da escrita da *História eclesiástica e civil de Portugal*. Para tal missão, de incumbência régia, procederá a Academia à repartição de tarefas por Académicos e Correspondentes Provinciais para a composição dos corpos dessa História, em que se insere o processo de instituição dos inquéritos que permitam recolher informações gerais para a redação das memórias diocesanas, comarcãs e provinciais que comporiam essa História Geral.

* Presidente da Direção da Casa Museu de Monção. Professor Catedrático do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Na escrita desta História terá agora uma componente marcante a descrição geográfica e o conhecimento do território, que se pretende abranger nos seus corpos estruturais, a partir das dioceses e províncias e até comarcas e concelhos, chegando à paróquia e freguesia. A componente da História eclesiástica, assente no quadro e História dos bispados, partirá da recolha de uma vasta bateria de dados e informações colhidas nas paróquias; a da História civil, comarcã ou provincial, na informação de base e quadro concelhio.

Para a recolha dos informes de nível paroquial conducente à História eclesiástica será logo composto um pequeno Inquérito, em 1721, com um leque de perguntas que incide essencialmente em questões de natureza paroquial-beneficial e patrimonial, de ordenamento e enquadramento eclesial e diocesano.

Depois esse corpo de questões virá a constituir o primeiro conjunto e corpo principal do Inquérito de 1732, levado a cabo pelo Padre Luís Cardoso, que lançando-se num conhecimento mais aprofundado das terras, a ele recorre, acrescentando-lhe mais 2 corpos, um sobre os *rios* e outro sobre as *serras*, com que quer recolher informes para a composição do *Dicionário Geográfico*.

O Inquérito de 1758, com pequenos acrescentos, será composto por aqueles 3 corpos e *itens* do Inquérito de 1732, e pretende levar a cabo, finalmente, aquela empresa inacabada e interrompida.

A génese e matriz do Inquérito de 1758 é já bem conhecida². São hoje também largamente conhecidos os *itens* e conteúdos que integram aqueles três grandes conjuntos e por eles os objetivos desta magna inquirição à História e Geografia Antiga e Moderna das terras de Portugal. E quasi não há terra portuguesa (ou concelho), que se preze que não tenha nos últimos anos, publicado as suas *Memórias Paroquiais* quando tal não foi feito pelos investigadores mais antigos da História paroquial, local ou regional. Por outro lado, a disponibilidade e o acesso às *Memórias Paroquiais*, é hoje completa porque o Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IAN/TT), as disponibiliza *on line*, num sítio próprio.

1

Os corpos e itens do Inquérito de 1758

Seguramente neste processo de constituição do Inquérito o que precisa de mais lato tratamento e investigação são os termos da composição dos campos e *itens* do Inquérito de 1721 e depois o seu alargamento em 1732 e 1758. A eleição daquelas temáticas e matérias de inquirição e conhecimento, para além do seu horizonte e composição no campo corográfico ou geográfico, precisa de ser também perscrutada nas suas composições históricas, historiográficas, culturais, literárias, entre outras. E neste caso, em concreto, é importante seguir e perceber porquê e como dos *itens* do inquérito de 1721, de base e quadro eclesiástico-paroquial, se alarga a inquirição à composição de um quadro de conhecimento mais alargado, que da paróquia se estende ao conhecimento das outras comunidades inseridas no seu território. É o que se procede essencialmente, mediante o alargamento das perguntas sobre as terras, juntando-lhes dois novos conjuntos de questões, sobre as serras e os rios que envolvem as terras. E como por virtude deste alargamento de quadros de abordagem do território – *aldeias, serras e rios* – se alargam também os *itens* dos respetivos corpos do Inquérito, abordando-se mais latamente os da vida e organização económica, administrativa e social das terras e comunidades, incluindo a sua história civil, transbordando de largo a ordem e quadros eclesiásticos daquele Inquérito primordial.

No universo dos quesitos sobre as terras ou aldeias, ganham agora expressão os *itens*, em bem mais alargados tópicos, sobre a geografia (e suas múltiplas abordagens), a localização, as comunicações e os correios das terras; sobre enquadramentos político-administrativos (da Coroa, dos Senhorios, das Dioceses); sobre equipamentos civis; sobre a população, povoamento e economia das terras e regiões. As questões sobre a paróquia, os párocos, os benefícios paroquiais, os equipamentos eclesiásticos, vida religiosa e devocional são agora uma parte do questionário, isto sem embargo do maior ou menor desenvolvimento que os párocos dão a estas matérias, relativamente às quais são normalmente mais loquazes.

Por outro lado, o Inquérito ganha agora outra envergadura com o conjunto dos *itens* sobre as *serras* e os *rios*. Por eles as terras e as comunidades inserem-se mais extensamente nas coordenadas físicas, geográficas, económicas e “culturais” da sua composição, integram-se no quadro orgânico do seu funcionamento económico, e estruturação social e até cultural e identitário. Por elas a descrição corográfica e paroquial tradicional à Carvalho da Costa na sua *Corografia Portuguesa* (1706-1712) ganha agora corpo e território; é possível acercarmo-nos das condições do seu funcionamento e estruturação interna, mas também ligação aos territórios envolventes. Designadamente por elas se salta da entidade e corpo paroquial, para os corpos e entidades políticas e comunidades civis presentes nas terras, que tem muitas delas na ordem comunitária dos baldios das serras e rios a sua base e razão de ser (comunidades de montadores, de pastores, profissões e atividades da floresta e dos rios....).

O estudo dos termos da composição deste Inquérito de 1732 pode e deve ser feito no historial da génese e desenvolvimento dos seus três corpos e também nos termos da fixação dos conteúdos de cada *item*. Esse é um esboço longo que tem que pôr no terreno sobretudo a literatura geográfica que do Humanismo e do Renascimento, passa ao século XVIII, as descrições coro-geográficas e sociais produzidas pela Sociedade e Política do Estado do Barroco e seu afeiçoamento e utilização pela ordem senhorial, a eclesiástica, e por fim, a mais moderna descrição geográfica e inquérito estatístico produzido pelas Monarquias e Estados do Absolutismo e Iluminismo do século XVII e XVIII. E naturalmente conhecer o contributo específico do Padre Luís Cardoso no trabalho da ideação do Inquérito e fixação dos seus *itens* para a composição do *Dicionário Geográfico*. Mas eles tem seguramente o seu mais completo desenho nos condicionalismos e exigências colocadas e ligadas à pública administração, sociedade e economia da Monarquia Portuguesa do século XVIII, no seu afã de melhor conhecer e se informar sobre as terras do Reino, a que o Padre Luís Cardoso não pôde ficar alheio.

Relevaria os 3 condicionalismos mais gerais que nos parecem condicionam estruturalmente o novo desenho dos corpos e *itens* do Inquérito, mas também muitos dos termos das respostas dos párcos. Elencam-se tão só agora aqui genericamente, embora eles precisem de mais larga explanação que não tem aqui o seu espaço. Eles são:

- a) Os que decorrem do desenvolvimento político e burocrático da Monarquia Portuguesa no século XVIII e seu esforço de melhor conhecer, descrever e articular o território, próprios ao governo e administração Joanina que ganham então grande expressão, e antecedem, se é que não dão corpo ou preparam, as mais extensas medidas e inquirições do reinado de D. José e seu Ministro Pombal.
- b) Os que decorrem da evolução da economia e sociedade rural, portuguesa nesse mesmo século XVIII, em processo de crescimento demográfico e expansão agrícola, bem documentado para a primeira metade do século XVIII, a repercutir no crescimento das comunidades e expansão para os montes e rios, a aumentar as disputas e tensões sobre a propriedade e os usos dos baldios e comuns, e fazer crescer a a força e afirmação das comunidades civis face às paroquiais.
- c) E também os que são coevos à criação de uma “ciência geográfica”, como ciência do território que quer fixar as coordenadas mais gerais das terras e agora também descrevê-las mais intensamente na sua constituição interna para fixar os seus quadros de funcionamento, fatores de equilíbrio e elementos de instabilidade.

Em 1758 já sob a administração e governo pombalino, o Inquérito será ainda reposto nas coordenadas e termos de 1732. Acrescenta-se o *item* sobre o Terramoto; um outro sobre os correios, este nos termos da obra do geógrafo João Baptista de Castro no *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, de 1745 (com Roteiro, ed. de 1762).

O Inquérito de 1732 e a visão do território que ele transporta desloca, pois, o centro da descrição do território do quadro da paróquia (e ordem eclesiástica e sociedade a ela articulada) para o quadro das comunidades no seu território. Esta circunvalação civil e territorial sobre o conjunto das comunidades sociais, para além das paróquias, é a expressão também da ultrapassagem e trânsito de uma visão orgânica e cosmológica de base divino-eclesiástica, para uma nova ordem fundada pelos contributos da Filosofia e Ciência moderna setecentista, que ganha agora novo impulso sob a Ilustração e Estado Ilustrado e funda a nova Sociedade e Política civil de base secular.

Os *itens* do Inquérito de 1758 do tempo de Pombal não acrescentam, porém como referimos, nada de substancial aos termos com que fora fixado ao tempo de D. João V. Não se vê nele nada que o aproxime dos termos da descrição que o Estado das Luzes da 2^a metade do século XVIII, ao modo do que o coevo *Cadastro* do Marquês de Enseñada, desenha para a descrição e cadastração da propriedade, da economia, população, sociedade e dos territórios, de Espanha de Carlos III. Sem embargo de para alguns pontos a governação de Pombal não deixasse de proceder à recolha de informação ao modo moderno, onde a quantificação, o uso de tabelas impressas, está presente, como se verificou para o lançamento da Décima e «cadastração» da propriedade e renda, de 1762; para a contabilidade e escrituração da Fazenda na sequência da reforma do Erário (1761), para a descrição dos rendimentos beneficis paroquiais (1762 e 1775).

2

Umhas breves notas sobre a realização do Inquérito

Como é sabido a realização do Inquérito é levado a cabo pelas autoridades e quadros territoriais eclesiásticos. Os bispos deveriam fazer distribuir os Inquéritos e recolher as respostas redigidas pelos párocos pelos roteiros da visitação. Os párocos respondem regra geral com toda a solicitude e empenho; podemos falar numa taxa de respostas próximas do pleno, sem embargo de alguns se terem posteriormente perdido. Houve algumas terras sem respostas, em algumas igrejas, isentas, dos Ordinários, onde os párocos podem entender que as ordens se não lhes aplicava. Significativa é também a observância dos prazos. Pelo registo que temos para todos os distritos do Norte de Portugal, o prazo dos 3 meses para as respostas foi «religiosamente» observado: chegada às terras das ambulatórias com os impressos, por fevereiro, março, abril; estão praticamente todas as *Memórias Paroquiais* redigidas por abril – maio, e junho e julho são já casos raros. Em Lisboa as situações catastróficas do Terramoto

atrasaram as respostas (até 1760). De resto a resposta dos diferentes palcos diocesanos e territoriais é simultânea. Vemos nesta excelente execução das tarefas a mais forte imbricação da ordem eclesiástica com a ordem pública e a mais forte colocação da sociedade eclesiástica e dos Ordinários às ordens régias. Mas ela mede também, iniludivelmente, a capacidade da ordem pública e real de implementar as tarefas; se se quiser, também, a imediata obediência de hierarquia e ordem eclesiástica ao emergente poder “forte” pombalino.

Nas respostas, em geral, os párocos respondem a todas as perguntas, quando sobre elas há algo a dizer, e respeitam a ordem do questionário. Mas os termos das respostas mesmo as mais fechadas e diretas e passíveis de quantificação, podem envolver os mais diferentes termos de abordagem e apreciação.

De qualquer modo as marcas mais estruturantes à conformação das respostas estão presentes, pelos grandes quadros de referência que são os que mais fortemente condicionam as respostas e por isso conferem grande uniformidade às respostas e produto final do Inquérito. Entre elas, a área geográfico-diocesana em que se inserem e o quadro paroquial de onde o pároco responde. Eles são quadros que funcionam também como ponto de partida e chegada dos percursos biográficos, sociais e culturais do seu clero, na conformação com a ordem diocesana e pastoral, perfis de formação eclesiástica e condicionamentos do exercício do múnus paroquial.

A ordem e o espaço diocesano introduz a principal homogeneidade das respostas, naturalmente porque induz um quadro de referências culturais, político-eclesiásticas mas também pastorais e político administrativas que aproxima as diferentes paróquias. O quadro por seu lado paroquial-eclesiástico coloca as respostas que dizem respeito à paróquia, igreja, e matérias religiosas e eclesiásticas no centro das informações, onde o benefício articula o pároco aos demais poderes civis e comunitários que variam bastante em relação com a sua natureza, padroado e dignidade e hierarquia, cura e seu múnus paroquial. Estas diferentes circunstâncias posicionam de modo muito variado o pároco face à ordem, hierarquia e sociedade eclesiástica, à ordem pública e régia, à sua comunidade. Estas circunstâncias condicionam de forma diversa os termos como os párocos respondem e se posicionam face a alguns quesitos.

O quadro da comunidade paroquial e ordem eclesiástica está, como dissemos, a ser agora, por 1758, objeto de muitas tensões e concorrência que condicionam e emergem nas respostas e comentários dos párocos memorialistas. Alguns párocos são sensíveis e referem-se à conjuntura económica que por então vivem as suas comunidades; a saber, más colheitas, tempos adversos, às suas debilidades e pobreza estrutural. Alguns diagnosticam-lhe as causas, em geral, físicas e geográficas, mas também político-sociais. Em geral são mais frequentes nas regiões onde os párocos de aldeias primam por maior pobreza e dependência.

Mas de modo geral os párocos são particularmente críticos face às interferências fortes que então a ordem paroquial e eclesiástica estão a sofrer com as medidas políticas, do Regalismo, agravadas desde D. João V e sobretudo com as primeiras medidas do Pombalismo. E também com os efeitos do Terramoto de 1755 que estão a pesar fortemente sobre a vida das populações em geral e está a condicionar os termos da envolvência da ação política e social da Coroa e a Igreja. A maior ou menor aceitação das práticas e incursões regalistas na vida social e paroquial exprime-se em múltiplas posições e considerações dos párocos sobre diversos temas, em particular sobre as intervenções nas irmandades e confrarias e o ordenamento do *jus* paroquial. A ambiência criada pelo Terramoto de 1755 não deixou também de afetar os termos de algumas questões designadamente sobre aspetos da descrição e apreciação da vida moral e social das comunidades e religião.

Para além disso o fundo de cultura literária e histórica – em especial da história eclesiástica – é muito intensamente mobilizado pelos párocos mais eruditos na escrita destas memórias, que o clima historicista de fundo promovido pela ação da nóvel Academia Real de História, não deixa de estimular.

3

As primeiras edições das respostas ao Inquérito

As respostas aos Inquéritos do Padre Luís Cardoso acabaram por ter uma edição dicionarística. Assim se iniciou em 1747-51 com a publicação dos dados de 1732 (2 volumes, 1747-51 para as letras A, B, C) e depois com os de 1758 (editados sob o pseudónimo de Paulo Dias de Niza, no *Portugal Sacro Profano*, 3 volumes, 1767/68, em pequenos resumos).

Este é um modo de publicitação de dados consentâneo com o modo de produção e recolha e fins histórico-geográficos e literários a que se destina. Em grande medida ele está na continuidade e adota o modelo da grande *Corografia Portuguesa* do Padre António Carvalho da Costa (1706-12), onde o elemento e quadro coro-paroquial e benéfico é central, mas onde a agregação e ordenamento pelos quadros e diocesanos e comarcãs lhe dá maior amplitude histórica e geográfica. Acresce agora no *Dicionário* de Cardoso maior volume de informações civis e elementos de descrição e coordenadas geográficas ao nível paroquial. Mas não adota na sua edição e tratamento de dados o modelo geográfico e roteirístico (e com mapas) a exemplo da obra que se tornará a partir de meados do século XVIII modelo para descrição futura, o *Mapa de Portugal Antigo e Moderno* de João Baptista de Castro de 1747-62 (com *Mapas e Roteiro de Portugal*). E perderá alguns dos horizontes da *Corografia Portuguesa* do Padre Carvalho da Costa, que continuará a ser obra prestigiada e mais largamente utilizada, como obra de conjunto, que os dicionários do Padre Luís Cardoso não vieram substituir.

Na continuidade desta tradição corográfico-dicionarística situa-se o grande Dicionário de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno* (12 volumes, 1873-90), destinado a ter largo sucesso. Ele usará, aliás, sistematicamente as informações demográficas, mas também as administrativas, paroquiais e históricas do Inquérito de 1758. Elas continuariam a estar presentes nas *Corografias* e *Geografias* do século XIX, nas suas incursões demográficas, históricas, administrativas, paroquiais em muitos casos. A Dicionarista histórica, geográfica, administrativa, corográfica terá aliás imenso sucesso em Portugal no século XIX e XX em grande medida em resultado das matrizes das obras que vimos assinalando.

A nova *Geografia* portuguesa dos séculos XIX e XX de Amorim Girão e Orlando Ribeiro vem finalmente romper com este modelo de descrição do território de Antigo Regime. As *Memórias Paroquiais* serão chamadas então a participar nesse esforço de caracterização e delimitação geográfica, natural e humana do território português, a que a Geografia com as demais Ciências Sociais quer dar corpo. Na sua continuidade, foram os *Regionalistas* do século XX, mas também os *Localistas*, muito influenciados pelas doutrinas geográficas e históricas, etnográficas ou etnológicas, à procura das identidades, locais e regionais, que mais intensamente as usaram, e as conjugaram para fixar as características e identidades próprias das terras, regiões e seus concelhos. Elas iniciam, com este objectivo, a publicação das *Memórias* na sua composição e aproximação geográfica e territorial. Nos concelhos do Distrito do Porto, mas também para Aveiro e Coimbra, foi onde mais se notou este programa.

Mais recentemente, o Poder Local pós 1974 e em relação com ele o desenvolvimento da História Local retomaria este programa agora dirigido à configuração de um território e identidade concelhia. A base territorial-concelhia serve ao projecto da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para dar corpo ao programa editorial das *Memórias Setecentistas*, onde ao lado das *Memórias Paroquiais* se publicam outras *Memórias* do século XVIII.

4

A publicação sistemática das *Memórias Paroquiais* para a História e Geografia local e nacional

A utilização e exploração no quadro nacional de alguns dos dados fornecidos pelas *Memórias Paroquiais*, foi só intentado para a fixação da carta dos sítios arqueológicos³ e para a sismicidade de Portugal⁴. E depois destas incursões gerais, quer os arqueólogos, quer os estudiosos do Terramoto sempre se embrenham nas *Memórias Paroquiais* à procura de testemunhos.

A ideia de tornar acessível este material das *Memórias Paroquiais*, da forma mais extensa, está presente nos círculos de História Regional ou Local (de

meados do século XX) e também em muitos dos Historiadores da História Geral de Portugal.

Rocha Madail defendeu-o vivamente e ele próprio no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, *Arquivo Coimbrão* e na *Biblos* pelos anos de 1935-40 (tempos como vimos de forte incursão pela História Local e Regional) publicou textos das *Memórias* de 1721, 1732, 1758 para Aveiro e Coimbra. Escrevia a propósito da edição da *Memória* de 1758 de Ílhavo: «que notável serviço se prestaria à História Local, imprimindo e facultando a todos essa colecção magnífica de informações do século XVIII». E noutro ponto: «Torna-se absolutamente urgente e imprescindível a publicação das nossas grandes massas documentais». Noutro horizonte, mais recentemente, no ano de 1990, em *Mito e Mercadoria*, escreve Vitorino Magalhães Godinho: «Uma das primeiras tarefas tem que ser a reprodução integral das memórias. E até a sua edição...».

Dentro deste espírito, em múltiplos âmbitos e locais, designadamente a partir da Universidade se tem trabalhado na edição e exploração das *Memórias Paroquiais* de 1758.

Em 2003 publicávamos também nós o primeiro volume da Coleção – *Portugal nas Memórias Paroquiais*, com o volume respeitante às freguesias dos concelhos do Distrito de Braga, a que se seguiu Viana do Castelo (2005), Vila Real (2006), Bragança (2007), Porto (2009), Viseu (2010) e Aveiro e Coimbra (2011). Com a publicação do volume respeitante ao Distrito da Guarda (2013) já vão editados mais de 2/3 do total das *Memórias Paroquiais*⁵.

A publicação das *Memórias Paroquiais* segue nesta nossa edição o objectivo de as utilizar numa perspetiva da História Local e Regional, mas também da História Nacional. Os termos da edição agrega as *Memórias* por áreas geográficas, os concelhos atuais que servem mais directamente a História Local; a elaboração de *Roteiros temáticos* de informações recolhidas das *Memórias*, serve mais directamente a escrita da História Nacional. Mas sempre os dados são recolhidos na sua relação com os territórios. Os estudos introdutórios pretendem fazer essa integração entre o Local, o Regional e o Nacional, naquelas problemáticas mais significantes a cada um dos territórios, testemunhados nas *Memórias Paroquiais*⁶.

O Inquérito pretende produzir, como se referiu, uma informação sobre as terras e o território nacional que pelas serras e os rios o estendem pelos enquadramentos geográfico e económico aos territórios envolventes, pelas perguntas de enquadramento geral, político, administrativo, social, histórico o articulam ao todo nacional. Assim, o localismo, o paroquialismo é aqui, agora a mais pequena parte, só ganha relevo e nem sempre, na memória individual. Agregando a informação para regiões mais amplas, esta memorialística ganha o verdadeiro relevo para a História Local, regional e nacional.

É por isso que na edição deste *corpus*, entendemos que a agregação por conjuntos mais amplos é mais significativa; a edição dicionarística continuará a matriz do Padre António Carvalho da Costa, o projeto do Padre Luís Cardoso, Pinho Leal e seus sucedâneos que corresponde aos horizontes dos séculos XVII-XVIII em que foi criado. Já nem corresponderá as exigências estatístico-descritivas, quantitativas, da governação pombalina, que ensaiou alguma moderna recolha de dados para apoio à governação, como se referiu. A sua permanência no século XIX e XX vai marcada pelo Historicismo localista sem grandes horizontes nacionais.

A edição das *Memórias* por manchas alargadas do território, é condição, aliás de alargamento de informação sobre as paróquias, que se completam (e corrigem) nas informações das freguesias vizinhas, das que compõem a mesma administração (civil, eclesiástica), mas que fazem parte do mesmo sistema orográfico e hidrográfico, das que integram a mesma área histórico-geográfica e cultural, das sociabilidades, economias e culturas que se exprimem nos quadros supra-paroquiais, nos concelhos, comarcas, províncias e dioceses. A agregação decorre também do quadro institucional de referência do pároco: a sua diocese, na geografia administrativa, eclesiástico-visitacional episcopal, nas referências ao santoral, à vida diocesana, designadamente no quadro das romarias e outras festividades públicas.

A elevada valia das *Memórias* está certamente em muitos casos no volume e significado de informações fornecidas por cada um dos párocos memorialistas. Mas está sobretudo nas respostas gerais e de repetição que cobrem todo o território a partir do *Questionário de itens* uniformes. Aliás seguindo a resposta no quadro do Roteiro eclesiástico, os párocos colaboraram entre si na escrita e recolha de informações. Se o Inquérito uniformiza e conduz as

respostas – apesar de perguntas abertas – o campo da redacção, constituído pelos párocos redactores, curas em princípio, confere-lhe de igual modo um padrão de referências muito equivalente, atendendo ao quadro sociológico donde arranca a informação, a paróquia e a níveis (pelo menos) básicos, comuns da cultura e instrução.

Deste modo de produção de elevado nível de dados, assim conformados impõe um tratamento sistemático e estatístico, de dados quantitativos, poucos, mas de dados qualitativos, de grande repetição. É esse o sentido de produção de *Índices e Roteiros* (para a leitura e exploração das *Memórias Paroquiais*) a partir daquele volume de informação mais regular e abundante.

A publicação das *Memórias* dados por concelhos e dentro destes por Distritos é questionável. Haverá sempre outro quadro geográfico-administrativo mais pregnante. A referência à divisão administrativa concelhia actual facilita o uso e a consulta, já que os concelhos actuais estão na continuidade dos territórios extintos que agregam. A redacção das *Memórias* no quadro das paróquias – entidades que se mantêm estável – facilita esta ou outra agregação.

5 Conclusão

As *Memórias Paroquiais* têm-nos permitido seguir, a outros olhos e outra luz, as extensões, os diversos termos da estruturação da Sociedade e Política portuguesa no território. E por outro lado, também, a diferenciação que o território traz às instituições, à sociedade e à cultura portuguesa. Só nesse contexto, articulando os termos das informações memorialísticas, no cruzamento dos *itens* das perguntas gerais com as respostas dados a partir dos diferentes territórios, a informação produzida ganha mais largo alcance.

Por outro lado, a paróquia, as sociedades locais e territoriais estão neste século XVIII, no centro de múltiplas concorrências e disputas: da Sociedade, do

Estado, da Igreja, dos Senhorios, que aí querem estender os seus poderes. E das Sociedades e Comunidades locais que resistem e se querem afirmar individualmente, ainda que jogando nas disputas daqueles poderes e deles querendo tirar proveito. A paróquia é pois o palco por excelência, onde se desenham e repercutem as tensões da Sociedade e do Estado português a meados de Setecentos. As *Memórias Paroquiais* permitem segui-los e perscrutá-los nos seus mais variados e inesperados aspetos por todo o território nacional.

E por isso elas se revelam, na afirmação de Vitorino Magalhães Godinho, na «mais importante fonte de conjunto para a História Portuguesa» (*Mito e Mercadoria*, 1990).

Notas

¹ Texto resultante da comunicação à Academia Portuguesa da História, em 13 de Maio de 2013.

² Padre Luís Cardoso – *Dicionário Geográfico*, 2 volumes, 1747-51.

³ Pedro A. de Azevedo – «Extractos arqueológicos das «Memórias paroquiais de 1758» in *O Archeologo Português*, Série I, vol. 2/3, Lisboa, Museu Ethnológico Português, 1896.

⁴ Maria do Rosário Themudo Barata e outros – *Sismicidade de Portugal. Estudo da documentação dos séculos XVII e XVIII*, 2 vols. Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa, 1989.

⁵ As *Memórias Paroquiais* do Distrito de Viana do Castelo são uma edição da Casa Museu de Monção.

⁶ No último volume sobre a Guarda foi relevada a organização concelhia e organização militar das terras de fronteira. No próximo volume, em edição, sobre Lisboa e Setúbal, o impacto do Terramoto de 1755.